



SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

25/05/2023



Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

Veja os descontos oferecidos no novo cartão para aposentados do INSS

Desde segunda (22), beneficiários do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) podem comprovar a renda por meio da carteira virtual lançada no aplicativo Meu INSS. A carteira elimina a necessidade do documento impresso, além de oferecer acesso a descontos e benefícios para os segurados.

Lançada em conjunto com o Ministério da Previdência Social, a carteira conta com o cartão virtual Meu INSS+, usado para comprovar o vínculo com o instituto. Com ele, os segurados podem obter descontos em farmácias, cinemas e outros estabelecimentos a partir de parceria com o Banco do Brasil e com a Caixa Econômica Federal.

A apresentação do cartão fornece descontos em estabelecimentos específicos, parceiros dos bancos. Segundo o Banco do Brasil, as ofertas são dinâmicas, com os cupons passíveis de serem alterados ou renovados conforme negociação com parceiros. Algumas promoções disponíveis na semana de lançamento são:

10% de desconto no site de produtos para animais Petlove; desconto de R\$ 100 em jogo de panelas com fundo de indução; 10% de desconto no Pix para a compra de notebooks das marcas Positivo e Vaio; um mês de telemedicina grátis com a Ciclic; desconto de 12% em smartphones da Apple, Samsung e Motorola no site Trocafy; desconto de 12% para smartphones, eletrônicos e eletrodomésticos na loja Mobcom; desconto de 12% na loja de utilidades domésticas e decoração Wolff e Lyor; descontos em aluguel de carros pela Movida; um mês de assinatura gratuita a um aplicativo de fitness ou de meditação.

A lista completa e atualizada por ser conferida no site bb.com.br/minhapagina, com acesso pelo cadastro Gov.br. Correntistas da instituição podem conferir os benefícios no aplicativo.

Na Caixa Econômica Federal, somente correntistas têm acesso aos benefícios. O banco oferece condições especiais para o pagamento com cartões Caixa Elo, como:

até 30% de desconto na farmácia Extrafarma; 30% de desconto na farmácia Panvel; até 40% de desconto nas farmácias Farmalife, Drogarias Tamoio, Drogaria Rosário e Drogasmil; até 75% de desconto nas farmácias Pague Menos, Drogarias Pacheco e Drogaria São Paulo; 15% de desconto no departamento de Moda Esportiva do site da Centauro; meia-entrada e 50% de desconto na pipoca de caramelo na rede de cinemas Cinemark.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quinta-feira 25 de maio.

CDH aprova revogação de artigo da reforma trabalhista sobre dispensa de trabalhador

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) aprovou nesta quarta-feira (24) projeto que revoga o artigo da reforma trabalhista (artigo 484-A da CLT) que trata da possibilidade de extinção do contrato de trabalho por acordo entre empregado e empregador (PLS 271/2017). A análise do PLS 271/2017, do senador Paulo Paim (PT-RS), segue agora à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Hoje o trabalhador dispensado em comum acordo vê reduzida em 50% as verbas relativas ao aviso prévio e à indenização sobre o saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). A reforma trabalhista ainda faculta ao empregado movimentar até 80% do saldo de sua conta no FGTS, e não autoriza o ingresso do trabalhador no seguro-desemprego.

Para Paim, a reforma trabalhista "deu margem a fraudes, pois os empregadores podem constranger empregados a aceitarem a dispensa em comum acordo sob ameaça de, não o fazendo, ter de recorrer à Justiça do Trabalho para obter as verbas devidas, ficando desassistidos até que venha a decisão judicial".

A relatora foi a senadora Eliziane Gama (PSD-MA), que concordou com Paim. Para ela, "não existe comum acordo entre empregado e empregador que culmine na dispensa do empregado". O que há no entender da senadora é a imposição do patrão sobre o empregado, que ao ser dispensado abre mão de parte significativa de seus direitos, "com a chancela da própria CLT".

Saiba mais em: CNTI, quinta-feira 25 de maio.

Câmara rejeita mudanças e conclui votação do arcabouço fiscal; texto vai ao Senado

O plenário da Câmara dos Deputados concluiu nesta quarta-feira (24) a votação do novo arcabouço fiscal, garantindo vitória ao governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

O texto-base do projeto de lei foi aprovado na noite de terça-feira (23) por 372 votos a 108. Os deputados rejeitaram todos os destaques (sugestões de modificação ao texto) nesta quarta-feira (24). Agora, a proposta segue para o Senado.

Se aprovado no Congresso, o novo arcabouço fiscal vai substituir o atual teto de gastos, regra que limita o crescimento das despesas à inflação e ainda está em vigor, embora tenha sido driblado nos últimos anos.

No total, foram apresentadas cinco propostas de mudanças no projeto aprovado na noite de terça: uma da federação PSOL-Rede e as demais do PL, partido de oposição a Lula.

O governo e o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), atuaram para evitar que um dos principais pontos da proposta fosse derrubado nesta quarta.

O PL sugeriu que o artigo 15 do projeto de lei fosse suprimido do texto aprovado. Caso isso ocorresse, o governo deixaria de ter cerca de R\$ 20 bilhões para gastar em 2024, em projeção otimista de técnicos da Câmara, em ano eleitoral.

Este dispositivo foi alvo de polêmica e teve de ser alterado pelo relator, deputado Cláudio Cajado (PP-BA), às vésperas da votação do arcabouço, na própria terça-feira (23). Inicialmente, o parlamentar havia fixado o crescimento das despesas em 2024 no teto de 2,5%. O trecho, porém, foi visto como uma manobra para gastar mais, o que levou o relator a mudar o texto às vésperas da votação.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quinta-feira 25 de maio.

Parte das medidas para carro popular só será feita em 2024, diz Haddad

O vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), apresentaram nesta quarta-feira (24) ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) um plano para impulsionar a indústria automobilística.

No entanto, Haddad já afirmara mais cedo que algumas medidas a serem anunciadas só poderão ser feitas no ano que vem "em virtude das regras fiscais".

Não há definição de quando o pacote será divulgado, mas há a possibilidade de ele ser anunciado nesta quinta (25), no Dia Nacional da Indústria, disse o ministro da Fazenda.

"Pode ser anunciado amanhã, mas não sei se vão ter tempo de processar tudo", respondeu Haddad ao ser questionado sobre o assunto.

Ele não antecipou que medidas farão parte do pacote, desenhado por Alckmin, que também é ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

O pedido do presidente Lula é de que o pacote priorize os carros populares. A Folha apurou que a meta é lançar um plano de incentivo para toda a cadeia industrial, indo além do âmbito das montadoras.

As medidas incluirão linhas de crédito para o setor fabril, reduções tributárias, aumento do índice de nacionalização de bens manufaturados e um programa de financiamento para veículos.

As conversas para definir as medidas foram feitas diretamente entre o governo e as companhias do setor.

O governo teve nessa terça (24) sua primeira grande vitória no Congresso, com a aprovação das novas regras fiscais. De acordo com Haddad, o foco da Fazenda passará agora para a reforma tributária, que ele quer ver aprovada na Câmara dos Deputados ainda no primeiro semestre.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quinta-feira 25 de maio.